

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 17 DE ABRIL DE 2003

Aos dezassete dias do mês de Abril, de dois mil e três, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados: José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Mário Correia, José Vieira Alves, Presidente da Junta de Freguesia das Cortes que se fez representar pelo senhor Filipe Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Tesoureiro da Junta de Freguesia das Cortes e Luís Branquinho Crespo.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.^o Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça e Dr.^a Neusa Magalhães.

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: Dr. José Manuel Silva, Dr.^a Manuela Graça Santos, Dr. Helder Roque e Eng.^a Isabel Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo Sr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados, Paulo Reis e Adélio Amaro.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**



1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1, DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, de 11/01;
2. INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA E RESPECTIVA AVALIAÇÃO; Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CML - Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
4. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS S.M.A.S. - Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
5. PROJECTO DE REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES PREVISTAS NO D.L. N.º 264/02, DE 25/11 E NO D.L. N.º 310/02, DE 18/12 – TRANSFERÊNCIA PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE COMPETÊNCIAS DOS GOVERNOS CIVIS – Apreciação, discussão e votação;

6. AJUSTAMENTO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
7. ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS –PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TAXAS PELO LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS AFECTOS AO TRANSPORTE DE TÁXI - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
8. REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE LEIRIA –INFORMAÇÃO (APROVADO EM SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/02/03) –Para tomar conhecimento;
9. PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO EXERCIDA DE FORMA NÃO SEDENTÁRIA (MERCADO DE LEVANTE); Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
10. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO MERCADO DE FALCÃO - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
11. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
12. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ADEQUAÇÃO AO D.L. 7/03,DE 15/01) – Apreciação e votação;
13. SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DE ALMUINHA GRANDE – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09,com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
14. PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A ÁREA A SUJEITAR AO FUTURO PLANO DE PORMENOR DA ZONA SUL DA AV. 25 DE ABRIL; Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
15. PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A ÁREA A SUJEITAR AO FUTURO PLANO DE PORMENOR DE LEIRIA NORTE; Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 13.02 A 07.04.03

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
PRESIDENTE DA REGIÃO DE TURISMO	CONFIRMAÇÃO DA PRESENÇA NA REUNIÃO DO CENTRO HISTÓRICO	TOMEI CONHECIMENTO
JUNTA FREGUESIA MONTE REDONDO	CONVITE P/5º ENCONTRO DE JUNTAS DE FREGUESIA	IDEM
CML	CONVITE P/CERIMONIA DE ASSINATURA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE GESTINLEIRIA	IDEM
NUNO SOUSA VIEIRA	CONVITE P/INAUGURAÇÃO DO ATELIER DE PINTURA	IDEM
INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS	INFORMAM QUE VÃO REALIZAR UMA AUDITORIA À CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA NO ÂMBITO DO EURO 2004, QUE DECORRERÁ NA CML E NA LEIRISPORT	IDEM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO	ENVIA MOÇÃO "APELO À PAZ"	IDEM
REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA	ENVIO DE MINUTA DA ACTA DA COMISSÃO EXECUTIVA	IDEM
SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO	INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS DOCENTES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	IDEM
ANMP	CONFERÊNCIAS S/TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO	IDEM
ANMP	CONFERÊNCIA INTERNACIONAL S/O PAPEL DAS AUTARQUIAS LOCAIS E REGIONAIS	IDEM
DR. FRANCISCO VIEIRA	CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DE PRESIDENTE DA REGIÃO DE TURISMO DE LEIRIA/FÁTIMA	IDEM
PRESIDENTE DA REGIÃO DE TURISMO/LEIRIA/FÁTIMA	JUSTIFICAÇÃO DA AUSÊNCIA DO REPRESENTANTE À REUNIÃO DA COMISSÃO DO CENTRO HISTÓRICO	IDEM
GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO ECOLOGISTA "OS VERDES"	ENVIA CÓPIA DOS PROJECTOS-LEIS/SEGURANÇA MARÍTIMA E PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO	IDEM
ANMP	ENVIO DO BOLETIM MENSAL	IDEM

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA	JUSTIFICAÇÃO DA FALTA À REUNIÃO DA COMISSÃO DO CENTRO HISTÓRICO	TOMEI CONHECIMENTO
REGIÃO DE TURISMO DE LEIRIA/FÁTIMA	APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DO NOVO PRESIDENTE	TOMEI CONHECIMENTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FARO	ENVIO DE MOÇÃO "APELO À PAZ"	IDEM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE	IDEM	IDEM
COMISSÃO DE DEFESA DA FREGUESIA DE MARRAZES	ENVIO DE MOÇÃO A APELAR À MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE E UNIDADE TERRITORIAL DA ACTUAL FREGUESIA	IDEM
COMISSÃO DE PROTECÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS	CONFIRMAÇÃO DAS PRESENÇAS DOS MEMBROS INDICADOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	IDEM
ADLEI	JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS ÀS REUNIÕES DA COMISSÃO DO CENTRO HISTÓRICO	IDEM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO	ENVIO DE MOÇÃO S/QUARTEL DA G.N.R. DE FIGUEIRA DOS CAVALEIROS	IDEM
CML	CONVITE P/APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO GLOBAL NO CASTELO DE LEIRIA	IDEM
ANMP	LANÇAMENTO DA NOVA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL "CIDADES E GOVERNOS LOCAIS"	IDEM



ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Queria dar conhecimento aos Srs. Deputados, que apresentaram justificação da sua ausência os senhores Vereadores José Manuel Silva e Maria Manuela Santos. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortes faz-se substituir nesta sessão, pelo Tesoureiro da Junta, senhor Filipe Martins, que já se encontra aqui presente.

No período de "Antes da Ordem do Dia," iria colocar à apreciação, discussão e votação, a acta da sessão ordinária de 20 de Fevereiro de 2003.

Estão abertas as inscrições.

Quem é que se quer pronunciar sobre o conteúdo desta acta? Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A acta da sessão ordinária de 20 de Fevereiro de 2003, foi aprovada por unanimidade.

De seguida vamos passar à leitura resumida do expediente e aos pedidos de informação à Sr.^a Presidente da Câmara, que tenham sido formulados nos intervalos das sessões.

Alguém se quer inscrever para este ponto?

Não há inscrições!

Passamos agora aos pedidos de esclarecimento, mediante perguntas orais à Sr.^a Presidente da Câmara.

Sr. Deputado Pedrosa faça favor!

DEPUTADO JOSÉ PEDROSA (PS)

José Pedrosa, Partido Socialista.

Gostaria de referir três pontos nesta minha intervenção.

A primeira, é uma mensagem de boas festas à Mesa, à Sr.^a Presidente da Câmara e Vereação, e a todos os senhores Deputados e Juntas de Freguesia.

O segundo, é um voto de pesar e de dor, ao povo iraquiano, tão martirizado nesta guerra, e um voto de condolências às famílias de todos os iraquianos mortos, às famílias de todos os militares americanos e indonésios, que no cumprimento do seu dever entregaram a vida, Portugal é um país cheio de sorte. Tivemos uma ditadura durante quarenta e oito anos, mas temos a sorte de não ter petróleo, temos outros valores.

O terceiro ponto, é uma recomendação à Mesa e que me perdoe. Hoje é Quinta Feira Santa, Portugal é um país tradicionalmente católico, uns praticantes outros não. Mas, acho que não faria mal e se a agenda o permitisse, se calhar não é por isso que temos hoje Assembleia, que se procurasse outro dia para uma sessão como esta.

E finalmente, o último ponto, para que conste em acta.

Sabe-se, consta-se, que a Câmara de Leiria tem ao seu dispor, cerca de cem avançados, parece-me que isto já é dos jornais. Poderia questionar-se a idoneidade,

a sua função e o tipo, o montante da remuneração que têm, porquanto, os funcionários e técnicos da Câmara de Leiria, não serão eles profissionalmente competentes? Os técnicos da Câmara não estarão eles disponíveis ou não serão de confiança para as tarefas atribuídas aos avançados? Qual será a motivação dos técnicos da Câmara Municipal, cuja remuneração seja inferior à dos avançados? Ou será que os avançados não sendo tecnicamente necessários, estarão a ser remunerados por serviços políticos que prestaram ou a que se prestam?

Concluindo, acho, o PS julga, que é urgente a dignificação dos técnicos e profissionais da Câmara, a transparência nas contratações e a racionalização dos custos do Município que não serão pequenos. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Carvalho, Presidente da Junta da Azoia, faça favor.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia da Azoia)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

Excelentíssima Sr.^a Presidente da Câmara, Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas, boa noite.

Venho aqui, porque há muitos anos que a Freguesia de Azoia tem andado a lutar contra muitas mortes que têm ocorrido na estrada IC2, e esta semana, registaram-se mais alguns graves acidentes. Por isso, venho aqui transmitir a minha preocupação à Sr.^a Presidente da Câmara e a toda a Assembleia.

Hoje mesmo, estive reunido com o Chefe de Gabinete do senhor Governado Civil, ontem com a Directora do I.C.E.R.R., e venho então aqui apresentar o meu descontentamento relativamente ao IC2:

1. Considerando que o IC2 é uma via rodoviária de grande interesse nacional, e que ao atravessar esta Freguesia lhe potencia o seu desenvolvimento, mas também causa à sua população grandes constrangimentos a nível da mobilidade e sobretudo da SEGURANÇA.
2. Considerando que o volume de tráfego tem aumentado, ano após ano, e que se prevê que continue a aumentar, concretamente com o EURO 2002.
3. Considerando que os projectos há muito prometidos não têm tido concretização prática e que apenas se têm feito trabalhos de conservação.

4. Considerando que os acidentes nesta área por serem de tal modo frequentes, a Imprensa Regional ao referir-se a ela, a designa por PONTO NEGRO de AZOIA.
5. Considerando que para além desta frequência de acidentes que devido ao hábito de os ver, já são considerados, normais, nos últimos tempos a sua frequência e gravidade têm aumentado, nomeadamente numa curva a cerca de 100metros a Norte do cruzamento para o Casal da Cortiça. Apenas neste momento morreram SEIS PESSOAS.
6. Considerando que outros acidentes graves aí ocorreram, embora não tenham causado mortes, deixaram muitos danos materiais e muitas horas de perda de tempo em filas de trânsito.
7. Considerando que quase todos estes acidentes ocorrem em circunstâncias muito semelhantes: chuva, camiões articulados que circulando no sentido Sul/Norte, ao descrever esta curva, o tractor faz "tesoura" com a galera, cortando a estrada e "caçando" quem circula em sentido contrário, torna-se claro que há anomalias que urge rectificar rapidamente.
8. Considerando que ainda no dia 02 de Abril, do ano em curso aí morreram duas pessoas das quais informámos V.Ex.a e que no dia 15 do mesmo mês, mais um jovem de 18 anos desta Freguesia aí perdeu a vida, solicitamos a V. Ex.a que se interesse e que se empenhe pessoalmente para a resolução rápida e definitiva desta verdadeira calamidade.
9. Ao ocorrerem futuramente acidentes desta natureza a população que tem sido paciente, ordeira e de grande civismo não irá suportar este permanente desgaste psicológico e sairá maciçamente para a rua. Lembramos que uma multidão não tem consciência, nem capacidade de pensamento mas segue entusiasticamente e apaixonadamente um LÍDER.

Certos que V.Ex.a dará a melhor atenção a estas justas e urgentes petições da população desta Freguesia e à segurança de todos os que por aqui passam, antecipadamente agradecemos.

Como não chegara isto, mais preocupado fiquei hoje, ao ler um jornal prestigiado da nossa região, onde esse jornal trazia duas más notícias para o concelho, e também em particular, para a minha Freguesia. Essas más notícias eram a anulação do alargamento do IC2, que embora não resolvesse o problema da minha Freguesia na totalidade, o resolveria em parte e sobretudo contribuiria para a diminuição da sinistralidade, que temo que venha a aumentar e a trazer mais mortes.

A segunda má notícia, referia-se a 39 mortes por atropelamento no distrito de Leiria, nos últimos dois anos. Ora, na minha Freguesia, só por atropelamento, não contando com os que estavam envolvidos com viaturas, morreram quatro pessoas nestes últimos dois anos, o que corresponde a 12% desta sinistralidade mortal.

Perante isto solicito, apesar de consciente do esforço e do empenho que tem feito para a resolução deste problema, a V.Ex.a, mais uma vez, o seu empenho pessoal e sobretudo que não se deixe abater por este desânimo que certamente a tem também traído e como o desânimo não é característico das grandes mulheres, não fará parte certamente de V.Ex.^a.

Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicito que continue com a iniciativa de trazer Ministros a esta cidade e que traga rapidamente o senhor Ministro da tutela das estradas, o Ministro das Obras Públicas, para podermos colocar a questão. Porque se ele não vier, nós iremos lá. Obrigado e coloquem então o vosso empenho para salvar vidas, nomeadamente na Freguesia de Azoia.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Pinto!

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Boa noite, Luís Pinto, Partido Socialista.

Dirijo-me à Sr.^a Presidente da Câmara, solicitando um esclarecimento, porque li há poucas semanas num jornal desportivo nacional, que os custos do nosso Estádio neste momento, estão avaliados em cinquenta e quatro milhões de euros. Queria saber se confirmava estes números e se confirma, visto que se trata de uma derrapagem significativa e que nos esclarecesse em relação a esta matéria.

Gostava de chamar a atenção do Sr. Vereador Fernando Carvalho e no fundo a todo o executivo, em relação ao que se passa em termos de obras públicas. A autarquia e muito bem, hoje, tem um conjunto de brigadas que realiza algumas obras, mas penso que temos de alterar algumas das regras de funcionamento.

A autarquia tem de ser exemplar em termos de normas de segurança a respeitar nas suas obras, e sobretudo nas regras que tem exemplarmente de colocar, respeitando não só automobilistas mas sobretudo num tempo em que cada vez mais os peões são desrespeitados e lhes falta espaço. Temos aqui em frente, há já alguns dias a decorrer, o alargamento saudável da Rua Machado Santos e não existe um espaço, lamentavelmente, por onde os peões possam passar em segurança. Então o que se vê ali diariamente, e isso aconteceu comigo já várias

vezes, é que das duas uma: ou nos metemos dentro da zona de obras e quando chegamos a um certo sítio vemos que não temos por onde passar, temos que voltar para trás, ou então correr riscos ou temos que andar no meio dos carros, onde o espaço já é exíguo para os carros. Logo, não chega para os peões e neste caso não há alternativa nenhuma.

Não pode ser! Assim como não se vê respeitar um conjunto de normas de segurança, que são próprias em termos da defesa de quem circula, sejam os próprios peões sejam os automobilistas. Tudo o que é a este nível autárquico e público, tem de ser exemplar para com as próprias empresas, porque se queremos exigir e temos que exigir que as empresas respeitem este tipo de princípios, é evidente que temos de ser nós próprios a dar esse exemplo. Portanto, ficava aqui uma chamada de atenção.

Em relação e secundando a intervenção do Presidente da Junta de Azoia, trazia precisamente esse tema para esta Assembleia.

Naturalmente estamos preocupados. O IC2 e o seu alargamento era não só importante em função do EURO 2004, mas para mim, ele é muito mais importante em termos de todo o desenvolvimento e escoamento do trânsito em torno de Leiria. E portanto, a notícia com que todos fomos surpreendidos hoje, obviamente que a todos preocupa. A questão que levantava era: porque já com o IC36 era considerado um troço fundamental, a Sr.^a Presidente em Assembleias anteriores inclusivamente, chegou aqui a ameaçar com uma hipotética manifestação, no sentido de desafiar qualquer Governo em termos da sua não conclusão. Depois, a Sr.^a Presidente explicou-nos mais tarde que se calhar, não haveria tempo porque o concurso não tinha sido lançado e isso iria até prejudicar o andamento do próprio EURO, porque não ficaria concluído o IC36, e agora temos esta surpresa do IC2.

E um pouco secundando aqui aquilo que nos disse o Presidente da Junta da Azoia, quando é que a Sr.^a Presidente faz conta de marcar a tal manifestação para que todos possamos participar? Ou então, que tipo de posições pretende tomar, porque em tempos que víamos uma visibilidade política da nossa Presidente da Câmara, nomeadamente com o Governo anterior, e com o anúncio e com a transferência de todo um conjunto de verbas, de projectos e programas, essa visibilidade hoje claramente diminui, mesmo situações que estavam assumidas

estão a recuar e assistimos a um silêncio por parte da Sr.^a Presidente. E pensamos que se quando Leiria tinha outros apoios e outras perspectivas, a senhora era tão lesta em reivindicar ainda mais e no fundo a deixar sempre algumas ameaças no ar, penso que temos que agir necessariamente em prol dos interesses deste concelho. E portanto, aquilo que está a acontecer, a falta de investimento público, o não cumprimento de um número de projectos e programas, tem que levar uma reacção deste executivo, desta autarquia, desta Assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Adélio, faça favor.

2º SECRETÁRIO DA MESA (ADÉLIO AMARO)

Adélio Amaro, 2º Secretário.

Boa noite, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, excelentíssima senhora Presidente da Câmara, excelentíssimos senhores Vereadores, minhas senhoras e senhores Deputados!

Muito se tem falado e escrito sobre os novos parques de estacionamento, na cidade de Leiria. No entanto, não tem sido muito explícita a forma como tais obras se vão proceder. Não é que me preocupe com a parte técnica das construções em causa, mas para isso existem os técnicos responsáveis, e, até prova em contrário, devemos acreditar nas suas capacidades.

No entanto, aquilo que preocupa, é o facto de se fazerem obras subterrâneas sem que seja anunciado um estudo prévio do solo em causa, e quando me refiro a um estudo prévio não falo apenas de um tipo de solo, mas também daquilo que se pode encontrar principalmente no aspecto histórico. E no caso concreto do futuro parque de estacionamento da Fonte Luminosa, existem duas situações que me preocupam. A primeira é referente às condições do solo.

Será que estas oferecem condições para a construção do parque de estacionamento de forma como ele está projectado? Relembro que a construção da Fonte Luminosa deu muitos problemas ao Presidente da Câmara Municipal de então, quando a ideia foi anunciada publicamente, em Dezembro de 1967. Nunca se imaginou, que tal obra fosse tão complexa de levar a efeito e só em Maio de 1973, é que esta foi inaugurada. Após o início dos referidos trabalhos, descobriram que o solo apresentava características pouco benéficas para construções de grande envergadura, o tipo de solo era e ainda deve ser frágil, e

tinha e ainda deverá ter areias pantanosas em que nada beneficiam a construção. Caso o solo não contenha as características desejadas, o construtor ou a Câmara estão prevenidos para o aumento de custos?

Segundo, será que não se vai uma vez mais efectuar uma construção, onde se vão encontrar vestígios históricos? Se tal acontecer, a autarquia e o construtor estão prevenidos para tal?

Resumindo, gostaria de colocar duas questões à Sr.^a Presidente.

Em que moldes foi feito o estudo daquela área e caso exista uma derrapagem a nível de custos, quem será o responsável por tal, a autarquia ou o construtor? Coloco esta questão pelo seguinte: quando se fez um estudo do solo para uma obra como esta, quem é que é o responsável pela pesquisa do solo? É a Câmara ou o construtor?

Um outro assunto que gostava de ver assumido pela senhora Presidente da Câmara, está relacionado com o elevador mecânico para o Castelo de Leiria.

Na última reunião da Comissão do Centro Histórico, fiquei com a ideia de que o referido elevador não iria ser construído, no entanto, muito se tem falado e escrito sobre esse tema, uns contra, outros a favor, e outros ainda, que mudam de opinião conforme o vento. A minha questão de uma forma muito directa, é a seguinte: vai ou não ser construído o elevador junto da Sé?

Um terceiro assunto para terminar, está relacionado com as actividades levadas a efeito normalmente no dia da cidade.

Como leiriense, entendo que, tais comemorações devem ser feitas para a população, deve ser dado mais realce a tais comemorações. Temos obrigação de chamar a população para participar nessas tais comemorações. Lembro, só em jeito de nota, que em 1973, faz agora trinta anos, milhares de pessoas vindas de todas as freguesias, participaram nas actividades comemorativas do dia da cidade, e lembro ainda, que do programa de tais comemorações, constavam as inaugurações do campo de aviação da Gândara dos Olivais, do Matadouro Municipal e da Fonte Luminosa, estes dois últimos com lançamento de três mil contos. Neste dia, foi ainda inaugurada uma exposição de pintura e criado um novo circuito urbano de carreiras da cidade.

Por isso, deixo aqui a sugestão ao executivo, para que as próximas comemorações sirvam de atracção novamente, à população leiriense. É a nossa entidade que está em jogo, as comemorações do dia da cidade não podem ser encaradas como um simples feriado. É fundamental fazer entender aos leirienses,

o que representam estas comemorações, porque a história não é apenas manter a tradição, mesmo que esta esteja errada ou não. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado.

Sr. Deputado Francisco Francisco, faça favor!

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO (PP)

Boa noite a todos e boas festas, Francisco Francisco .

Sabemos através da comunicação social, que foram envidados esforços pela Sr.^a Presidente, para criar um nó na A17 em Monte Redondo. Aliás, isto saiu no Correio da Manhã, no dia 7 de Abril.

Queremos saber primeiro, se esse nó é um terceiro nó ou é para ser trocado por algum nó em Monte Real por exemplo!

Depois, em relação aos documentos que nos apresentam, gostava de perguntar à Câmara, se realmente não quer que a Assembleia saiba as coisas que se passam na Câmara? Porque este relatório financeiro, continua a ser um papel que não faz sentido nenhum, os pontos 2,3 e 4, em que é apresentado o inventário de bens, documentos de contas da Câmara e dos SMAS, se não era para apresentar a documentação, mais bonito seria não nos fazerem perder tempo a olhar para este edital. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Presidente da Junta da Bajouca, José Soares, faça favor!

DEPUTADO JOSÉ SOARES(Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, a todos boa noite e boas festas.

Quero aproveitar a oportunidade, para esclarecer alguns colegas Presidentes de Junta, principalmente a Norte do concelho, que têm especulado algo acerca da reunião entre Presidentes de Junta, sobre a A17, e alguns andam com receio que sejam duas ou três Juntas a tentar determinar o nó.

Meus amigos, ou temos confiança uns nos outros ou então cada um "vai assar a sua sardinha"! Nunca foi essa a nossa intenção, porque se fosse, nunca tínhamos falado ou juntado como nos juntámos. O que o caçador tem que fazer quando vai à caça da lebre, é apanhar a hora oportuna para o devorar e é o que estamos a fazer.

Também estou muito preocupado com aquilo que li há muito pouco tempo, na comunicação social, acerca do IC2. E claro que apelo aos senhores Deputados, à Sr.^a Presidente e a todos, assim como nos reunimos aqui com os responsáveis da EDP, é urgente uma reunião com os responsáveis pelas rodovias, seja com o senhor Ministro, seja com o Secretário de Estado, seja com quem for.

Precisamos de saber quem nos tramou ou quem nos tenta tramar. Se foram outros e agora se tenta atirar com as pedras a alguém ou o que é que se passou. E precisamos porquê?

Ao contrário daquilo que o último orador aqui disse, ninguém anda a tentar criar o nó em Monte Redondo, que isto fique claro. O que os do Norte do concelho, incluindo a Junta de Freguesia de Monte Redondo e da Bajouca querem, é que seja cumprido aquilo que foi para debate público. E o que foi para debate público, foi o projecto que posso mostrar, que tem três nós a Norte do concelho: o nó da Cabaceira, o nó das Várzeas e o nó de Monte Redondo, isso é o que reivindicamos e é por isso que lutamos. Ou é assim ou não há debate público feito e eu mais outros colegas, temos a responsabilidade de que quando foi para debate público, reconhecemos a floresta que iria devorar por aí fora, sobretudo pinhal, e convencemos os nossos concidadãos de que valia a pena, uma vez que, ficava um nó para servir a população, uma auto-estrada para nos servir. E, se hoje dizem que não fica nó, também a comunicação social deveria estar presente para nos dizer quem é que os informa de que só existe um nó, porque os meus olhos e os dos outros Presidentes de Junta, viram os homens que andaram a fazer prospecção no terreno, cujo mapa que eles traziam, tinha o nó da Cabaceira, o nó das Várzeas e o nó de Monte Redondo. Agora, o que nos põe de pé atrás, é quando alguém informa a comunicação social de que tem o nó das Várzeas e só fala nesse. E mais do que isso, é hoje estar marcado no terreno assim como está a auto-estrada, que tem o nó das Várzeas e não tem o da Cabaceira.

Por isso entendo que o debate aqui, tem que ser muito alargado e muito duro, porque se a auto-estrada tem o nó de Monte Redondo, levem-na para a mata porque ela não serve ninguém. Se Leiria tem 25 quilómetros para Norte, para que

é que serve o nó a meio desse percurso? É para lá entrar e ir sair no nó que está dentro da zona urbana de Leiria? Não, isso não serve a ninguém!

Se lutámos noutros tempos pelos nós da auto-estrada contra o Instituto de Estradas e tínhamos a garantia dos três nós, se por conveniência de alguém, de empresas ou outras pessoas, entenderam entregar à Brisa, a Brisa só tem que cumprir aquilo que está feito e é por isso que lutamos. Agora, não nos venham é chamar de burros, alguém noutros tempos quase nos chamou isso, o que precisamos é de ser informados e depois cá estaremos.

Também peço à Sr.^a Presidente, que nos unamos nessa luta. Com todo o respeito que tenho pelo IC36, acho que não deve haver melhoramento no IC36 sem haver o alargamento do IC2, atendendo a que ainda hoje, não foi excepção, o trânsito esteve parado desde a Azoia para cá. Enquanto não resolverem esse problema lamentável, é uma vergonha para mim e para Leiria, a situação do trânsito que temos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Senhores Deputados, estamos no período de perguntas à Sr.^a Presidente, as intervenções políticas são no período seguinte.

Estão inscritos os senhores Presidentes de Junta de Monte Redondo e dos Pousos.

É para fazerem perguntas à Sr.^a Presidente ou é para falarem sobre este assunto? Se é sobre este assunto é no ponto seguinte!

Assim sendo dou a palavra à Sr.^a Presidente, para responder às questões levantadas!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Então muito boa noite a todos, boas festas e boa Páscoa.

Começava precisamente pelo ponto das acessibilidades; embora seja um assunto que irá ser abordado no ponto a seguir, como fui interrogada sobre ele, queria naturalmente contar o que se passou concretamente, em relação ao IC2 e à A17.

Em relação ao IC2, efectivamente é uma história muito completa, que a maior parte dos senhores Deputados conhece, porque vem desde 98/99.

Havia da nossa parte, desde o início, uma manifestação de interesse prioritário do IC36. Foi sempre esta a vontade manifestada essencialmente pela Câmara até que, em determinada altura, houve a decisão por parte do Governo de então, de que havia todo o sentido em fazer um concurso de um pacote. Esse concurso contemplava o IC36 e o alargamento do IC2, no troço Alto do Vieiro/Cova das Faias. Evidentemente que do ponto de vista daquilo que é a nossa necessidade, respondia cabalmente porque era melhor do que só o IC36, sem dúvida nenhuma. Este concurso teve na altura também ele algumas vicissitudes. Lembrem-se que cheguei aqui a contar, que houve o erro de não ter sido anunciado o concurso no Jornal das Comunidades, o que atrasou em termos práticos, cerca de oito a nove meses, mas depois foi retomado o concurso e as propostas foram entregues em Setembro de 2001. A partir daí, ficámos convictos de que haveria condições temporais, apesar daquilo ser um pacote conjunto, para se iniciar pelo que nos parecia a nós, porque fomos acompanhando o processo, a maior prioridade e que era efectivamente o alargamento do IC2. Isto porquê? Porque do ponto de vista temporal, começou-se a perceber que seria difícil fazer a tempo do EURO 2004 as duas obras. Também do ponto de vista da lógica da complexidade de construção, parecia que o IC36 era uma obra mais complexa e portanto mais demorada. Foi isso que foi sendo manifestado para se resolver a questão do concurso, e resolvida que estivesse a questão do concurso, no nosso entendimento a prioridade devia ser dada ao alargamento do IC2 e depois a seguir o IC36. Uma vez que, entendíamos nós, que o alargamento do IC2, de acordo com o projecto que se antevia, era um anteprojecto, iria melhorar significativamente o escoamento neste corredor, e conforme já aqui foi dito e eu concordo em absoluto, não é só uma necessidade para o EURO 2004 como é uma necessidade hoje.

As coisas foram avançando e nunca mais havia a adjudicação do próprio concurso. Entretanto houve mudanças de Governo, houveram novas reuniões, posso-vos dizer que no conjunto só sobre este assunto, devo ter feito mais de dez reuniões com Secretários de Estado, Ministros e Presidentes do Instituto de Estradas de Portugal, para ir fazendo o acompanhamento da situação. Enfim, a nossa convicção até há muito pouco tempo e quando digo pouco tempo, refiro-me até há cerca de duas semanas, era de que ainda haveria alguma possibilidade temporal de alargar o IC2, apesar de percebermos, que estávamos em cima da hora de começar, ou seja, ou começava ou já não havia tempo de se fazer a tempo do EURO 2004.

Interessa referir, que tinha sido o compromisso assumido com o Governo de então, relativamente às acessibilidades ligadas ao EURO 2004. Foi nossa manifestação desde o início, que a única acessibilidade da responsabilidade directa do Governo, era o alargamento do IC2, porque o resto das acessibilidades ficariam da responsabilidade das Câmaras, embora, com o apoio financeiro do Governo. O que, comparativamente com algumas acessibilidades ligadas ao EURO 2004 noutras zonas do País, era uma insignificância aquilo que estávamos a falar. Como eu há pouco referi e para terminar a conversa, há cerca de duas semanas tivemos finalmente mais uma reunião no Instituto de Estradas de Portugal, no sentido de saber finalmente como se iriam desenrolar as coisas, porque não haviam hipóteses de se realizar a tempo do EURO 2004. E a informação que o Sr. Presidente deste organismo nos deu foi que, realmente, não haviam condições temporais de se fazerem a tempo do EURO 2004.

As razões que ele explicou são objectivamente correctas, porque diz que é uma obra com alguma complexidade, a saber porquê - porque em primeiro lugar é uma obra que tem um trânsito imenso e portanto, fazer uma obra com aquela carga de trânsito é efectivamente complexa. Por outro lado, passam ali imensas infra-estruturas: telecomunicações, gás, etc, etc, e o desvio dessas infra-estruturas é uma situação complexa, o que também é verdade. Portanto, face a estas coisas todas, não havia tempo de se fazer antes do EURO 2004. Assim sendo, o Instituto de Estradas iria dar prioridade exactamente ao IC36, cujo concurso iria ser anunciado até ao final do ano e depois com a tramitação normal a obra, provavelmente em 2004 começaria, se não houvesse vicissitudes em termos de reclamações de concurso ou outras.

É evidente que manifestei o meu enorme incómodo, porque acho que todas as vicissitudes de uma obra destas deviam ter sido pensadas. A Câmara também pensa nas vicissitudes das obras que tem de fazer e penso que o Governo teria de ter tido essa responsabilidade e não é em cima do acontecimento que se diz que agora não há condições, que não há forma de se resolver o problema.

É efectivamente de lamentar na medida em que, era a única obra e volto a dizer, da responsabilidade directa do Governo, e é uma obra que conforme já aqui foi dito por vários Deputados, é uma obra que para Leiria faz imensa falta. Não era só para o EURO 2004, o EURO 2004 era um pretexto para se fazer valer a ideia desta necessidade absoluta, porque o que se passa actualmente no IC2 é efectivamente dramático. Eu até digo que o IC2 não é uma estrada concelhia é uma estrada regional, claramente, o trânsito que lá passa não é exclusivamente

concelhio, e efectivamente esta região merecia que houvesse algum cuidado superior a nível das acessibilidades e portanto, manifesto a minha preocupação e a minha discordância absoluta, por não se ter pegado nisto com seriedade e não se ter agarrado esta questão de maneira a ficar resolvida.

Relativamente à A17! É uma situação, do ponto de vista de construção, mais optimista, na medida em que todos sabemos que depois de variadas complicações entre a Brisa e outro eventual concorrente, acabou finalmente por ser entregue a concessão da obra à Brisa. Como sabem, só depois da entrega da concessão a um determinado concorrente é que há uma afinação do projecto e o processo da decisão de ser entregue à Brisa, foi recentemente decidido em termos de Procuradoria Geral da República. Pusemo-nos logo em campo, no sentido de ir saber mais uma vez qual era o ponto da situação, e fomos a essa reunião no Instituto de Estradas, em que nos foi confirmada a entrega à Brisa e a promessa de que nos mandariam as plantas que evidenciaríamos os nós.

Portanto, qualquer especulação que se possa fazer, é pura especulação.

Efectivamente não sabemos quais são as localizações dos nós porque não temos as plantas em nosso poder. O que aconteceu foi que os senhores do Instituto de Estradas, disseram que já havia uma ideia da localização mas não tinham as plantas e que iriam enviá-las oportunamente à Câmara, o que ainda não fizeram. Os senhores Presidentes de Junta do Norte do concelho, que tinham feito uma reunião no sentido de acompanhar o processo, vieram falar comigo ainda antes de irmos ao Instituto de Estradas, e quando foi marcada essa reunião convidei um Presidente de Junta para nos acompanhar e para também se aperceber qual era o ponto da situação. Foi escolhido então de entre os três que estavam presentes (Presidente da Junta do Coimbrão, da Bajouca e de Monte Redondo) para ir comigo, o senhor Presidente de Junta de Monte Redondo. E ele do que lá se apercebeu, foi exactamente isto que estou aqui a dizer, ninguém nos mostrou a localização dos nós. Uma coisa é certa, ficaram de nos mandar as plantas e elas devem estar a chegar porque andamos sempre a perguntar quando é que as enviam e logo que as plantas cheguem, fazemos uma reunião com todos os Presidentes de Junta do Norte do concelho, para saber se os nós satisfazem. Se não satisfizerem, naturalmente que entraremos em acção, no sentido de pedir que seja revista a situação.

É esta a verdade dos factos, o resto é especulação e o senhor Deputado Francisco Francisco pode ficar com a certeza de que a Sr.ª Presidente da Câmara, não anda a reivindicar nós para Monte Real, Monte Real é tão importante como é Monte

Redondo, como é o Souto da Carpalhosa e como são todas as Freguesias. Interessa-nos a certeza absoluta de que não vai ter cada freguesia um nó e isso iremos saber quando chegarem as plantas. Se a indicação dos nós servir encantados da vida, se não servirem cá estaremos todos para irmos em romaria ao Instituto de Estradas, dizer que precisamos de mais um nó em tal sítio .

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Adélio.

É evidente que os parques de estacionamento como sabe, os dois que irão avançar com maior rapidez é o da Fonte Luminosa e o do Jardim St.º Agostinho, são em regime de concessão. Irão ser construídos por um concessionário que constrói e depois explora. Sabemos que assim é, que são feitas prospeccões ao próprio terreno, aquilo que o Sr. Deputado Adélio diz serem as características do próprio terreno. Não há qualquer dúvida que ficam no contrato celebrado (num caso Câmara/Concessionário e noutra caso Sociedade LeiriaPolis/Concessionário) todas as regras de construção perfeitamente enunciadas. São contratos exaustivos, de entre os quais está perfeitamente definido o acompanhamento arqueológico, é obrigatório. E portanto, qualquer demora derivada de achados arqueológicos, qualquer demora porque afinal o terreno não tem nada a ver com aquilo que eles imaginavam e isto estou a falar teoricamente porque tem que ter a ver.

Há mecanismos e aliás foi visto pela população de Leiria lá em baixo ao pé da Fonte Luminosa, a quantidade de tempo que andaram lá a fazer prospeccões de análises de terreno. Naturalmente que isso é da responsabilidade do concessionário, nem se discute, estão previstas no contrato todas estas regras e portanto, não há qualquer tipo de dúvida.

Relativamente às comemorações do Dia da Cidade;

Temos utilizado a prática, julgo que é a terceira vez, de dedicar o Dia da Cidade a um grupo de profissionais. Foi um dia aos professores, foi outro dia aos industriais e neste caso concreto aos do plástico, tendo em conta o papel que tiveram no desenvolvimento do concelho.

Este ano, vai ser dedicado aos bombeiros por uma razão especial, pelo papel que os bombeiros tiveram aquando da crise de água em Leiria. Embora simbolizados nos bombeiros do concelho de Leiria, vai abranger o distrito uma vez que toda a gente sabe, que foram os bombeiros do distrito que estiveram presentes naquela

situação dramática e que, responderam com grande qualidade e com elevado sentido cívico e portanto, todas comemorações vão ser à volta desta situação.

É um entendimento, ou seja, o entendimento que o senhor trouxe para aqui é um bocado o entendimento ao estilo do estado novo, os dias de festa eram as inaugurações todas. O meu entendimento, é que não se devem concentrar inaugurações. As coisas à medida que vão sendo feitas vão abrindo, e vão sendo feitas à medidas que as Freguesias entendem que é boa altura. Não me parece, que estar a guardar todas festas para o dia da cidade seja correcto, há outras formas de comemorar o dia da cidade e estamos perante a Feira de Maio, etc.

Por outro lado, temos várias actividades durante o ano nomeadamente, o desfile etnográfico, que traz as freguesias todas à cidade, com a apresentação dos seus respectivos trajes, as suas características, os seus hábitos e as suas tradições; Temos as marchas que é outra inovação e que traz as freguesias todas à cidade, portanto, há várias oportunidades para as Freguesias virem à cidade. Não no sentido de virem ver o que é que a cidade faz, mas ao contrário, trazer à cidade aquilo que as Freguesias fazem e que são coisas de grande interesse e de grande qualidade.

Por último, queria só fazer aqui uma referência, que depois vos irá ser dito nos pontos respectivos, mas fica já adiantado e tem a ver com o agendamento daqueles três pontos, relacionados com a apresentação de contas, em que vos foi enviado um documento, uma cópia do pedido de adiamento da apresentação das contas, ao Tribunal de Contas.

Este ano pela primeira vez, a Câmara de Leiria vai fazer o adiamento da entrega do relatório de actividades e das contas mais tarde. Teve a ver com a transição da contabilidade tradicional para o POCAL, aliás, devo-vos dizer que este pedido foi feito pela própria Associação Nacional de Municípios ao Tribunal de Contas, no sentido de este aceitar esta justificação em relação às Câmaras do País que assim o pedissem.

Posso-vos dizer também, que aqui na região, temos a Câmara de Porto de Mós, da Marinha Grande, de Alcobça e neste caso Leiria, a fazer este pedido. Portanto, não irão ser apresentadas as contas e quando estiverem prontas e encerradas, com a respectiva autorização do Tribunal de Contas, será feita uma Assembleia Extraordinária, para fazer a respectiva apresentação.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado Pedrosa colocou, interessa-me fazer uma referência prévia.

Quando se lêem as notícias, que nem sempre são com o rigor que se lhes exige, tem que se fazer uma distinção.

O senhor referiu-se a cem avençados, não é verdade, no entanto a notícia induz em erro, devo reconhecer que tem razão. O que acontece é que neste momento na Câmara de Leiria, existem dezanove avençados, que são precisamente para acorrer a situações pontuais, que têm princípio, meio e fim, têm a ver com planos de pormenor, com revisão do PDM, um apoio pontual na área da arqueologia e portanto, não têm a ver com trabalhos continuados. Tudo o resto que ali aparece, que não nem sequer são noventa, são contratados a termo certo ou avençados e são situações do ponto de vista contratual, diferentes.

Os contratados a termo certo, têm a ver com um tempo limitado. Normalmente são pessoas com um trabalho de apoio. Em escolas, a que se chama de Pessoal Auxiliar de Acção Educativa, em tarefas não discriminadas nomeadamente no armazém a ajudar a reparações, pessoal esse que tem contratos temporários. Não significa que alguns destes contratados temporários, depois não venham a ser absorvidos em aberturas de concurso.

Os avençados têm tarefas esporádicas, e neste momento, são dezanove os avençados que existem na Câmara de Leiria. Pode-me dizer que a lista tinha mais, mas tem mais seis que estavam no Gabinete de Requalificação da Maceira, cujo regime, de acordo com a lei que criou o gabinete de requalificação, é exactamente o regime de avençado, precisamente por ser um trabalho temporário. O trabalho do Gabinete de Requalificação da Maceira iniciou-se com uma determinada periodicidade e já se pediu a prorrogação por mais um ano e é efectivamente um trabalho importante, tendo em conta a especificidade da Freguesia e foi em boa hora que este gabinete foi criado. Embora apareçam na listagem da Câmara, porque a contratação é feita através da Câmara, depois a Câmara será reembolsada financeiramente através do Ministério do Ambiente, é um custo apenas transitório que depois é reembolsado.

Relativamente ao Estádio, por último, o valor prevê-se exactamente o valor inicial, em que a nossa ordem de grandeza eram os sete milhões de contos.

Não li sobre isso, mas esse valor está completamente errado, a não ser que se imagine que eles contemplaram o Estádio, acessibilidades, parques de estacionamento, topo norte, etc., etc., só se foi isso, porque Estádio rigorosamente Estádio, continua estimado e não temos a noção neste momento de que ele tenha valores diferentes. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Presidente.

Antes de passarmos ao ponto seguinte, queria dizer ao Sr. Deputado Pedrosa, que a Mesa toma em conta no futuro a sua sugestão. Mas quero-lhe também dizer que de facto, hoje, não é Quinta Feira Santa, já foi há trinta anos atrás, hoje já não é, o dia santo é amanhã.

Quanto ao Sr. Presidente de Junta da Azoia, quero-lhe dizer que tomei nota deste desafio e se conseguirmos, iremos trazer cá elementos do Governo para discutirmos este e outros assuntos, relacionados com o desenvolvimento nosso concelho.

Vamos passar então à apreciação de assuntos de interesse para o concelho de Leiria e no seguimento da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca, querendo, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Monte Redondo.

DEPUTADO MANUEL MARCELINO (Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo)

Boa noite a todos.

Manuel Marcelino, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Sr.ª Presidente, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, minhas senhora e meus senhores!

Só para dizer duas palavras, porque julgo que a Sr.ª Presidente já disse quase tudo o que eu queria dizer mas há um aspecto: Eu não queria falar sobre este assunto mas como disse a Sr.ª Presidente, é um assunto que ainda está no segredo dos deuses, para alguns e para outros não, mas visto que foi feita aqui uma espécie de acusação, terei que falar sobre ela porque é mesmo assim que me sinto.

Como a Sr.ª Presidente já o referiu, fui nomeado perante os dois Presidentes de Junta da Bajouca e do Coimbrão, o senhor Soares e o senhor Paulo Pedro, para a acompanhar a Lisboa e saber da situação. E dessa situação, ficámos a saber exactamente o mesmo que sabíamos antes de lá chegar, ou seja, não soubemos nada. Portanto, a Sr.ª Presidente transmitiu exactamente aquilo que eu queria

transmitir, estamos à espera da comunicação e de saber o que é que se passa, porque como é evidente e como todos deverão entender, os Presidentes de Junta envolvidos nesta cena de nós de auto-estrada, têm todos as mesmas razões neste momento, ou seja, cada um quer o seu nó de auto-estrada.

Só para terminar e até porque não tinha mais nada para falar, gostaria de dizer ao senhor Deputado Francisco Francisco o seguinte:

Penso que nem eu nem a Sr.^a Presidente da Câmara, vai roubar nós para ninguém. Fui eleito pela Freguesia de Monte Redondo e por ela luto, tenho um parque industrial que merece alguma atenção por parte das entidades competentes. É pela minha Freguesia que estou a lutar e como sou um recém-chegado à situação, interessa-me saber como é que está o ponto de situação dos nós da auto-estrada. Os outros colegas certamente que sabem melhor do que eu qual é o ponto da situação, eu acabo de chegar não sei. E por isso, como tenho dois problemas, a Freguesia e um parque industrial com cento e oitenta hectares que julgo que merecem alguma atenção, é por isso que estou a lutar. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Perguntava ao Sr. Presidente da Junta dos Pousos se ainda quer intervir?

Faça favor!

DEPUTADO FERNANDO ANTUNES(Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos)

Boa noite.

Fernando Antunes, Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e demais presentes.

Não queria intervir, mas houve aqui um colega que veio falar, até parece que já é Ministro das Obras Públicas ou do género, que veio dizer que já não se faz o IC36 sem o alargamento do IC2.

Só queria dizer que não tenho nada contra o IC2, pelo contrário. Acho que ele não serve, porque para isso tinham que começar em Lisboa e acabar no Porto, aqui

em Leiria não funciona, depois mais além não funciona, ou seja, não funciona em lado nenhum.

O IC36 faz-me lembrar o terceiro mundo pelo seguinte: vem a A8 e termina no Alto do Vieiro, vem a A1 que termina nos Pousos e não ligam estas duas grandes vias uma à outra. O que eu quero dizer com isto é que, uma parte desse grande trânsito passa por aí, não quer dizer que todo tenha que passar lá mas uma grande parte passa por aí.

Queria também dizer ao colega, que não tenho nada contra o IC2. Não tenho nada contra os nós deles, agora, lamento a ameaça que ele faz e por isso ele que vá buscar a população da Bajouca, eu vou buscar a dos Pousos e fazemos ali uma batalha. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (PP)

Senti-me incomodado, porque até parece que falei para os dois senhores Presidentes que são meus vizinhos.

Eu sei que há pessoas que já têm algumas fotocópias dos projectos, se lhes foram entregues por vias não legais, desconheço. Eu sei que Monte Redondo tem um parque industrial muito grande, tenho pessoas de família onde vão ser criadas algumas zonas industriais, mas também me sinto incomodado porque se o projecto começou com reuniões de todos os Presidentes de Junta da zona Norte e não foi agora, foi há alguns anos, é de lamentar que um Presidente de Junta vá sozinho a Lisboa sem ter passado cavaco aos outros colegas da zona Norte, é falta de lealdade, desculpe que lhe diga.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Presidente de Junta do Coimbrão faça favor!

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente de Junta da Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente de Junta da Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Não queria falar da auto-estrada, não queria falar de IC's, queria falar de coisas mais pequenas e ia falar da estrada nacional 109-9.

Já há uns anos que não venho aqui a esta tribuna falar desta estrada. Aqui há cerca de dez anos, em quase todas as Assembleias falava dela, agora já há uns anos que não falo dela, mas não me posso calar numa altura em que os acidentes têm sido cada vez mais frequentes, com feridos e mortos e situações que considero muito graves.

Só para lembrar que é uma estrada nacional, a estrada que vai de Monte Redondo à praia do Pedrógão, é uma estrada desclassificada e que após a sua reparação será entregue à Câmara Municipal. E é uma estrada que há provavelmente uma década ou talvez um pouco menos, o Instituto de Estradas celebrou com a Câmara Municipal de Leiria um protocolo, no sentido de que antes da desclassificação, antes da estrada passar para a posse da Câmara Municipal, a mesma seria reparada, alargada, melhorada nalgumas curvas e ficava a Câmara encarregue de fazer o seu projecto.

Daí para cá, o projecto tem sofrido muitas vicissitudes e até hoje, passados largos anos, o projecto não está pronto. É rara a semana em que não há mais do que um despiste naquela estrada. Nos últimos anos morreram pelo menos quatro a cinco pessoas, no último domingo, houve mais um acidente grave, com um carro enfiado num pinheiro e tudo isto se deve, quer à escassez do plano da via, quer à tipologia das curvas e se calhar até ao próprio pavimento, que faz com que algumas curvas assistam quase diariamente a despistes. Tivemos já que pedir ao Instituto de Estradas, que pusesse umas bandas sonoras numa curva e agora vamos ter que pedir para as porem na segunda curva e brevemente vamos ter a estrada cheia de bandas sonoras para conseguir evitar os despistes naquela estrada.

Isto tudo porque, e esta é a resposta do Instituto de Estradas, a Câmara não tem o projecto pronto, conforme se tinha comprometido há já muitos anos.

Eu sei que há muitas desculpas, a Sr.ª Presidente vai ter muitas desculpas para essa situação. Mas infelizmente, no meu ponto de vista e no ponto de vista de todas as pessoas que têm tido prejuízos e alguns muito graves naquela estrada, não passam mesmo de desculpas e por mais que eu diga que houve uma alteração do projecto, que o Instituto de Estradas obrigou a uma alteração do projecto, ou que diga uma outra coisa qualquer, não passa de desculpas para as pessoas que têm acidentes naquela estrada. E quer eu quer de certeza a Câmara Municipal, não ficam bem neste processo se tentarmos remediar o problema com

estas desculpas. Julgo que é altura de passarmos à prática e ainda por cima não estamos a falar de muito dinheiro, penso que o projecto foi adjudicado por qualquer coisa como se calhar dez mil contos, acho que não foi mais do que isso. Não estamos a falar de uma riqueza para a Câmara Municipal, estamos a falar apenas de uma incapacidade de concluir o projecto, se calhar a culpa é do projectista. Mas seja de quem for, não podemos continuar com esta situação, cada acidente que há lá e garanto-vos que tenho visto lá centenas de acidentes, cada acidente que lá houver, vou-me sentir embora não tenha grande responsabilidade, mais responsável, vou-me sentir mais doente. Isto é um pedido, porque neste momento não temos capacidade nenhuma de pedir o que quer que seja ao Instituto de Estradas, a bola está do nosso lado, não temos o projecto pronto e por isso Sr.ª Presidente, aqui fica o pedido. Sei que as desculpas existem, mas infelizmente já não consigo dar essas desculpas às pessoas que têm acidentes. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

DEPUTADO LUÍS CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite. Luís Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes. Sem querer vir aqui deitar mais achas para a fogueira, que já está um pouco inflamada em relação à A17, venho aqui defender como é óbvio, o nó da Cabaceira.

Toda a gente sabe, ainda ninguém falou nele, mas acho que sim, que se devem fazer os nós todos. Aliás, defendo o nó da Cabaceira e já fiz questão de o salientar ali ao Presidente da Junta de Monte Redondo, que a defesa deve ser conjunta em torno dos três nós. Era isso que estava previsto inicialmente, é isso que deve ser feito e acho que não se deve pôr aqui outro tipo de questão. Todos temos que defender os três nós no Norte do concelho, da Cabaceira, do Souto e de Monte Redondo. Eles têm que ser todos feitos, ponto assente!

Peço à Sr.ª Presidente da Câmara, aos senhores Presidentes de Junta, pelo menos aos chamados "doze" Presidentes de Junta do Norte do Concelho, que tivessem alguma união em torno desta questão. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Atendendo ao tempo dos senhores Presidentes de Junta, que não conta para este período de "antes da ordem do dia", tem três minutos senhor Deputado Luís Pinto!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Estamos naturalmente e como todos sabem, no ano europeu do deficiente. Já há alguns anos que vem sendo observada a falta de acessos a este edifício e a outros, nomeadamente em relação aos deficientes motores. E queria chamar à atenção da Sr.ª Presidente, que era importante que pelo menos este ano europeu do deficiente, ficasse marcado por algumas soluções, nomeadamente ali junto às escadas, com pequenos elevadores relativamente económicos.

Eu sei que a Sr.ª Presidente repetidas vezes tem chamado a atenção para isso e também sei que a Sr.ª Presidente se desloca ao fundo das escadas. Mas queria-lhe dizer, que esse gesto diminui os deficientes e portanto, o que era importante era que rapidamente, se cumprisse, no fundo a lei, mas sobretudo um princípio. Se um deficiente motor quiser vir a esta Assembleia, não tem possibilidades de fazer de uma forma autónoma e é preciso rapidamente combater esta situação.

Vila Portela!

As notícias que correm nos jornais, são pouco animadoras para a população de Leiria. Naturalmente em torno delas, haverá inúmeras especulações, mas aquilo que era importante se fosse possível, era haver um compromisso por parte da Sr.ª Presidente nesta Assembleia, no sentido de que teríamos em relação à Vila da Portela, um comportamento ímpar, transparente e que inclusivamente, não nos refugiássemos nas leis habituais de que faz-se o projecto, depois abre-se um período de discussão pública dos trinta dias, etc., etc. Era importante que houvesse uma discussão pública e sobretudo um acompanhamento permanente da evolução dos projectos. Naturalmente não tendo o Município capacidade financeira para adquirir a Vila Portela, o que seria para todos o desejável, é importante contudo, garantir que aquele espaço vá ter um serviço público. E sem que para isso tenhamos que ceder demasiado, que seja possível conciliar

naturalmente alguns interesses do proprietário sem se sobreporem ao interesse público. E portanto, gostava que a Sr.ª Presidente se comprometesse nesta Assembleia, de que iríamos ter finalmente um projecto, devidamente acompanhado desde o início e transparente, para que as correcções pudessem ser feitas atempadamente, para que a exemplo do que está a acontecer com o miradouro e com outras situações, que chega a ser ridículo aquilo que se lê nos jornais, ninguém é culpado, mesmo aqueles que deram pareceres no sentido, ninguém tem culpa nenhuma e afinal a culpa é de um PDM.

E a propósito do PDM Sr.ª Presidente, mais uma vez pergunto. Já em anteriores Assembleias perguntei pelo PDM, já se falaram em três meses, em seis, todos esses prazos já foram ultrapassados e se é o PDM que continua a estorvar e se é o PDM que continua a possibilitar todos os atentados urbanísticos que se continuam a assistir no nosso concelho, porque não, rapidamente, apresentar e ter um PDM que finalmente ponha cobro a todas essas situações?

Finalmente, dois votos de saudação que propunha Sr. Presidente da Assembleia. Naturalmente um voto de saudação à equipa do União Desportiva de Leiria, pela brilhante e histórica conquista de ter ganho o passaporte para as competições europeias, que é sem dúvida um motivo de regozijo para todas as pessoas do concelho.

Quero e a partir do momento em que faço aqui este voto vou-me comprometer perante toda a Assembleia, que também conquistas das modalidades amadoras que muitas vezes são tão esquecidas e não têm o relevo que esta tem tido, possam também ser aqui saudadas por todos nós. Tentarei fazer eco disso em futuras Assembleias, mas queria propor ao Sr. Presidente da Assembleia que aqui pudessemos fazer esse voto de saudação.

Por outro lado, estamos a cerca de uma semana do 25 de Abril, no fundo a revolução que deu consistência e que nos possibilitou a liberdade de estarmos aqui hoje em democracia, uma saudação naturalmente aos Capitães de Abril mas, sobretudo, ao povo de Portugal e a esta data tão simbólica mas tão importante. Portanto, propunha também um voto de saudação ao 25 de Abril, ao povo português e aos Capitães de Abril. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Miguel Martins!

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PPD/PSD)

José Miguel Martins, PSD, boa noite a todos e boa Páscoa.

Temos vindo, nos últimos tempos, a assistir ao aumento da degradação de que são alvo algumas zonas de Leiria, com especial incidência para o Marachão, Fonte Quente, Nova Leiria, entre outras.

Apraz-nos fazer aqui uma referência, ao papel que a Imprensa tem vindo a exercer há uns tempos a esta parte, na denúncia de certas situações. No entanto, pensamos que compete a todos uma intervenção mais activa, para que melhorem um certo estado de coisas. A falta de segurança, a prostituição, a deficiente limpeza, a toxicodependência, os pseudo arrumadores de carros, são factores que em nada abonam a imagem da nossa cidade. Sabemos também, que tem havido da parte dos senhores Vereadores da Câmara, sem excepções, um empenhamento nestas causas, o que se enaltece. Mas nunca será demais pedir o empenhamento de todos os organismos, nomeadamente autarquias, Juntas de Freguesia incluídas, para que com uma actuação sensata mas firme, se vão moralizando as situações.

Estamos com o EURO 2004 à porta, sem dúvida que a zona envolvente do parque desportivo será sempre a procurada, e se não actuarmos com brevidade, concerteza que mais em cima do acontecimento todo se torna mais difícil. Esperemos que o Marachão, que tem sido referido em certos corredores de Lisboa, passe a ser visto como uma zona de lazer aprazível e não como referência de vida fácil e abordagem de carros de topo de gama. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Caseiro, a Mesa dá-lhe dois minutos!

DEPUTADO RUI CASEIRO(PS)

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente, senhores membros da Assembleia!

Se calhar não precisarei dos dois minutos, porquanto, eu venho aqui em mensagem telegráfica.

O primeiro ponto é para apresentar a minha renúncia, a um cargo que nem sequer cheguei a exercer. Efectivamente e com a presente, renuncio às minhas funções na Comissão de Acompanhamento do EURO 2004/Leirisport, por duas razões: A primeira é de natureza ético-profissional, por exercer funções de responsabilidade numa empresa que está a construir partes do Estádio Municipal; A segunda, é de índole política e fundamenta-se no facto de a Comissão não ter

sequer ainda tomado posse, quando estamos a assistir à publicidade feita sobre visitas guiadas à população às obras do Estádio. Há aqui uma certa incoerência em que eu não estou para pactuar.

A outra questão que queria falar muito rapidamente, é sobre estas nossas secretárias que têm de ser ambulantes Sr. Presidente!

Numa anterior Assembleia, o senhor Presidente comprometeu-se em estudar o problema das instalações da Assembleia com a senhora Presidente da Câmara, e até este momento, já lá vai mais de meio ano de mandato, continuo a andar com a minha secretária às costas como está a ver. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputada Susana Ervilha!

DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Susana Ervilha, Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, uma boa Páscoa para todos.

Venho falar de acessibilidades mas não no aspecto que têm estado a falar. Venho falar das acessibilidades em relação aos documentos de suporte, dos pontos em agenda nas sucessivas Assembleias.

Não tendo, e falo por mim e pelos Cidadãos Independentes, formação política, necessitamos de algum tempo para podermos estudar as matérias, ainda por cima matérias técnicas. Os documentos chegam-nos de uma forma dispersa, mal organizada e com um atraso que tenho de considerar significativo, porque ainda ontem quando cheguei de Lisboa, tinha documentos que tinham acabado de chegar e que me foram entregues pessoalmente. São dispersos, porque desta vez tenho quatro envelopes. Chegam tarde e a más horas e vêm pouco organizados. Não sou técnica em determinadas matérias e tenho alguma dificuldade em relacionar os assuntos das actas da Câmara com os pontos, tenho que estar ali a vê-los minuciosamente. Uma vez que vêm com atraso e com correspondência em falta, penso que não seria muito difícil às pessoas que organizam estes documentos que relacionassem os assuntos, porque têm mais conhecimento dessas situações do que nós quando os recebemos.

Este é um assunto que já pedimos à Sr.^a Presidente para ter em atenção, porque é uma situação que nós, Cidadãos Independentes, achamos importante, porque estamos aqui não para fazer figura de corpo presente mas para poder participar e para poder decidir esclarecidamente, sobre as situações que nos são postas. Queremos dar a nossa opinião, queremos ajudar e para isso temos que conhecer. O outro assunto que me traz aqui, é relacionado com a delegação de competências nas Juntas, mas como não tem a ver com as que estão à votação, decidi falar aqui neste período de "antes da ordem do dia".

E vou falar neste assunto por uma experiência que tive como Presidente da Associação de Pais, na escola do 1º ciclo do ensino básico da Sismaria, na Gândara, que o meu filho frequenta, e que com esta história da delegação de competências pensei que isto iria funcionar e verifíco por experiência própria que tenho algumas queixas a fazer.

Não sei a quem as deva fazer, não sei se é na Câmara, se é na Junta, mas dei conhecimento dos factos como Presidente da Associação de Pais à Junta de Freguesia. No caso concreto, estamos a falar do parque infantil, que ficou danificado e que entendemos solicitar à Junta de Freguesia que o mesmo fosse reparado. Não foi. Entretanto houve mais um baloiço que se danificou de tal maneira que ficou perigoso para as crianças e tivemos que ir pessoalmente à Junta, a qual nos disse que sim senhora, que iriam lá. Não foram, já lá vão oito dias e teve que ser um pai a ir a casa buscar uma chave de fendas e fazer lá uma situação de desenrasque, depois dizem que há acidentes. Não sei a quem é que esta situação devia ser reclamada mas lembrei-me, porque estamos a falar de delegação de competências.

Outra situação que também foi falada na Junta de Freguesia de Marrazes e em que eu própria fiz o ofício porque me foi solicitado, seria a maneira de resolver o assunto. É o trânsito em frente a essa escola que é nos dois sentidos, à hora das crianças entrarem e saírem e ninguém consegue passar. Fiz o requerimento, fiz o abaixo-assinado, entreguei há mais de um mês e nunca mais ouvi dizer nada. Entretanto abriu um outro infantário lá ao lado da escola, também não interessa nada, a gente há-de desenrascar-se. Não sei se, neste caso concreto, é a Junta de Freguesia de Marrazes, eu sou de Leiria não tenho nada a ver com a Junta, o meu filho anda lá na escola por outras questões, tem a ver com a residência dos meus sogros e não sei se será um barco demasiado grande para levar a bom porto. O que eu sei é que estas situações têm que ser resolvidas, mas, sinceramente, não sei junto de quem. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Deputada.

Dou a palavra à Sr.ª Presidente para responder, querendo.

Senhores Deputados, nas próximas Assembleias, as perguntas e as questões à Sr.ª Presidente façam o favor de as fazer no período para o efeito, porque senão depois a acta vai ficar sem qualquernexo.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu vou ser rápida mas acho que não posso deixar de retomar o assunto da A17, porque gosto que fique a verdade dos factos e que não haja confusão na cabeça das pessoas.

E a verdade dos factos foi que, pelos vistos, houve uma reunião entre os senhores Presidentes de Junta a propósito da A17 e dos nós da A17. E na sequência dessa reunião pediram-me para receber uma representação desses senhores Presidentes de Junta. Tudo bem, essa representação foi constituída pelos três Presidentes de Junta que referi e se não vieram mais a responsabilidade foi deles. Estávamos nessa reunião e disse que ia ter uma reunião com o Instituto de Estradas de Portugal, dali a três ou quatro dias, e um dos assuntos que tinha agendado era este. E na sequência dessa reunião, disse que se calhar até tinha algum interesse que um dos senhores Presidentes de Junta estivesse presente comigo na reunião, e dos três resolveram que ia um, foi assim que se passou. Esta é a verdade dos factos, e é muito importante como disse aqui o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes, que sobre uma coisa que não interessa nada, que é um pormenor face ao essencial, não haja confusões entre os senhores Presidentes de Junta. O essencial é estarem unidos para o interesse do concelho, e que todas as Freguesias, dentro desta lógica racional sejam servidas e que não valorizem a questão de quem foi ou quem não foi.

Relativamente à estrada nacional 109-9;

Como sabe o senhor Presidente da Junta, fizemos o projecto há não sei quanto tempo, entregámos na então Junta Autónoma de Estradas, no sentido de ele ser analisado e de a seguir nos ser feita a respectiva desclassificação e entregue o

projecto para fazermos a obra. Aquilo andou para lá anos sem conta, sempre nos foi dito, a si e a nós, que era uma prioridade das prioridades do concelho, a verdade é que passado não sei quanto tempo, foi efectivamente devolvido o projecto para serem feitos uns ajustes, na sequência de alguma melhoria de condições de segurança, sobretudo no Coimbrão tanto quanto sei.

É evidente que esse projecto está a ser revisto. O senhor tem razão, temos que acelerar é verdade, mas é preciso que se perceba e que também se diga a verdade. Se aquilo não está resolvido, não é por agora haver um atraso final na revisão do projecto, é por ter havido um somatório de falta de importância desta acessibilidade, se calhar por quem tinha mais responsabilidades do que a Câmara, como tem havido uma falta de respeito em relação à acessibilidades em Leiria de uma maneira geral. E portanto, fazia aqui um apelo e por isso é que retomei sobretudo a questão das acessibilidades, ao nosso Presidente da Assembleia Municipal, que é Deputado, que faça levar a nossa voz sobretudo nesta questão das acessibilidades, Leiria tem direito a ter uma atenção redobrada nas acessibilidades, foi sempre parente pobre e naturalmente que é fundamental que deixe de o ser, porque temos direito a que efectivamente isso venha a acontecer. Relativamente ao acesso aos deficientes, o Deputado Luís Pinto tem efectivamente razão. Temos em concurso um desses mecanismos de acesso sobretudo às cadeiras de roda, é evidente que é uma necessidade absoluta.

Quanto à questão de Vila Portela e à sugestão, estou convicta de que irá ali ser feito um projecto de qualidade, que irá permitir naturalmente algumas condições aos proprietários, mas também irá ali criar umas condições de compensação da falta de qualidade de lazer e espaço público que tem toda esta zona.

A ideia que existe e são estas as orientações que foram dadas aos proprietários, é que uma zona de lazer e uma zona verde para além da quinta vai ficar intocável, quando falo na quinta é toda a zona das árvores e da casa, eles não querem mexer nisso, na parte onde eram as antigas vinhas é que irá haver uma intervenção. A parte de lazer irá ficar à disponibilidade da urbanização, se efectivamente aquilo que é obrigatório ceder por parte do urbanizador não for considerado suficiente em termos práticos para que fique uma zona de qualidade, a Câmara estará disponível para entrar em negociação e haver alguma compensação por parte da Câmara.

Do ponto de vista de acompanhamento, é evidente que o que me parece correcto é que haja um esboço prévio para não se ir discutir no vazio, e logo que esteja feito um esboço prévio, a ideia é que efectivamente haja uma discussão pública

de acompanhamento permanente. Não uma discussão pública no fim, mas um acompanhamento do projecto, porque é uma zona sensível, não tenho dúvidas, e para que saia alguma coisa que seja do agrado, na totalidade nunca o é, mas pelo menos que seja algo acarinhado pelos leirienses em termos de uma qualidade que não é normal a nível de urbanização, sobretudo no centro da cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Presidente.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, o senhor Deputado Luís Pinto apresentou aqui uma sugestão para se pôr à votação:

" Uma saudação à equipa de futebol do União Desportiva de Leiria, pelo mérito alcançado no que toca à sua presença por direito próprio na final da Taça de Portugal e também nas competições europeias."

Eu coloco à votação esta proposta!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Este voto de saudação foi aprovado por unanimidade e iremos fazê-lo chegar ao capitão de equipa do União Desportiva de Leira.

Quanto à outra sugestão relacionada com o 25 de Abril, será melhor deixar isso para a altura própria, porque ainda falta uma semana.

Vamos de seguida entrar na Ordem do Dia!



ORDEM DO DIA

PONTO N.º 1 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1, DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, de 11/01:

Quem se deseja inscrever para este ponto? Não há inscrições!

A Assembleia Municipal de Leiria apreciou o relatório da actividade do Município e o relatório financeiro, nos termos da alínea e), do n.º 1, do

artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;



Formatted: Bullets and Numbering

Formatted

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Relativamente aos pontos n.ºs 2,3 e 4, foram agendados porque decorre da própria lei a sua apreciação nesta sessão. No entanto, a senhora Presidente já explicou que foi pedido ao Tribunal de Contas o adiamento do prazo para a apresentação destes documentos e portanto estes três pontos são retirados da ordem de trabalhos.

Passaríamos então ao ponto n.º 5!

Sr. Deputado Rui Caseiro, deseja intervir sobre este ponto?

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Peco desculpa senhor Presidente, mas não é sobre este ponto que quero falar.

Eu fiz sinal à Mesa quando o senhor estava a ler a ordem de trabalhos, mas provavelmente não se aperceberam do meu sinal.

Estou seriamente incomodado, pelo facto da Câmara Municipal de Leiria, Câmara Municipal essa que tem uma importância no distrito do País, dado o nosso peso económico, dada as nossas particularidades, dada a nossa potencialidade futura, não ter neste momento um plano e uma organização administrativa, que nos permita a todo o momento acompanhar e conhecer efectivamente, a real situação patrimonial e financeira desta Câmara. Sabe-se que efectivamente já existem experiências no âmbito dos Serviços Municipalizados, de trabalhar com este tipo de plano oficial de contabilidade, nomeadamente os Serviços Municipalizados que têm as contas organizadas de anos anteriores, de acordo com o P.O.C que foi criado para os Serviços Municipalizados.

Sabe-se que desde 1999, quando foi criado o decreto-lei, que mais ano menos ano, a contabilidade das autarquias teria de ser organizada em conformidade com os normativos contabilísticos que estavam a sair, dado que se sabia que há

vontade de todos os países da União Europeia, em fazerem convergir as políticas fiscais e financeiras.

Mas, claro, quando saiu este decreto-lei, era evidente que isto iria mexer com a política no concreto. Estávamos em 1999, mais adiante iriam haver eleições locais, e era evidente que se o POCAL entrasse em funcionamento no dia 1 de Janeiro de 2000 como inicialmente estava previsto, isto iria ferir e de alguma forma beliscar os interesses instalados na campanha eleitoral que ia exactamente surgir. Porque como se sabe, o ordenamento das contas do POCAL é completamente diferente daquilo que era a contabilidade tradicional das autarquias, ou seja, uma coisa enquanto não for paga no passado não entra nas contas, e no POCAL, ela é imediatamente assumida e tem que ser contabilizada.

E claro que isso naturalmente, traz algumas vantagens políticas mas também traz algumas desvantagens financeiras, nomeadamente, quando tudo isto somado, a nível de todas as Câmaras, de todos os organismos públicos e semi-públicos que existem no País, naturalmente vai provocar um grande buraco financeiro como estamos naturalmente. Não quero dizer com isso que, isto tenha algumas implicações directas, mas o que é facto é que o fazer-se contabilidade como se fazia nas Câmaras Municipais, nas Juntas de Freguesia e nos serviços do Estado, contribuiu para que houvessem muitos calotes escondidos, muitas contas escondidas, muitas dívidas por pagar e isso tudo tem que ser agora devidamente organizado, de acordo com o que aliás, constava na ordem de trabalhos, que era o primeiro ponto destes sistemas: o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais da Câmara Municipal de Leiria e respectiva avaliação.

Quando isto for conhecido meus senhores, isto tem que funcionar rigorosamente, toda a gente andou a tentar protelar e, claro, conhecido que é o poder do lobby dos Presidentes de Câmara, independentemente das cores políticas que representam, porque sei que camaradas meus, fizeram também naturalmente a sua pressãozinha para que o senhor Prof. Sousa Franco não avançasse nesta reforma fundamental em termos de saneamento financeiro do País.

Gostaria que a Câmara de Leiria estivesse à frente nesta necessidade profunda que é, reformular e reorganizar, pôr no concreto as contas do Município, porque neste momento, e como já disse hoje aqui um colega nosso, olhamos para o relatório financeiro da Câmara e não sabemos que dívidas é que a Câmara tem, se devem muito dinheiro à Câmara, etc. Obrigado.



Formatted: Bullets and Numbering

PONTO N.º 5 - PROJECTO DE REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES PREVISTAS NO D.L. N.º 264/02, DE 25/11 E NO D.L. N.º 310/02, DE 18/12 –TRANSFERÊNCIA PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE COMPETÊNCIAS DOS GOVERNOS CIVIS – Apreciação, discussão e votação;

Alguém se quer inscrever para o ponto n.º 5?

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido socialista.

Não tem directamente a ver com o ponto, mas, numa altura em que se fala em guardas-noturnos, deixámos de falar aqui na polícia municipal e já agora gostava que a senhora Presidente se pronunciasse. Julgamos que cada vez mais se justifica a sua existência e por isso gostaríamos de saber o que é que há de novo sobre esta matéria, na altura falámos que dentro de um ano mais ou menos, seria a altura de a lançarmos em Leiria, já passou esse prazo e não voltámos a falar nisso. Gostava que nos desse o ponto da situação. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Dava então a palavra à Sr.ª Presidente para responder às questões colocadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Começava por responder ali ao senhor Deputado Rui Caseiro, com todas as suas filosofias sobre as contabilidades públicas e o POCAL.

Evidentemente que o POCAL é um instrumento que tem grandes vantagens para a contabilidade, sem dúvida nenhuma. Vai dar à contabilidade pública, outra transparência e outra verdade e sou uma grande apoiante do POCAL. Tem grandes complexidades, do ponto de vista de ser introduzido em sistemas que

durante anos, como o senhor disse, funcionaram de outra maneira e portanto, é um sistema de mudança radical que tem complexidade e tem complexidade em qualquer uma das Câmaras e naturalmente a complexidade é maior quanto maior for a Câmara.

Agora, o que não lhe posso admitir e desculpe que lhe diga, é que o senhor insinue que há adiamento de apresentação de contas ou que há introdução do POCAL porque há "lobbys" e disse-o com sentido perjurativo, de Presidentes de Câmara.

Há muitos Presidentes de Câmara neste País, que são tão ou mais sérios que o senhor e portanto, não posso admitir que seja dito publicamente, permanentemente, este ónus negativo sobre os Presidentes de Câmara a propósito de tudo e de qualquer coisa, até do POCAL. Agora somos nós que queremos que o POCAL não se implante, porque temos vergonha de apresentar os resultados, era o que mais faltava. Não temos qualquer tipo de problema e falo em nome da maioria dos Presidentes de Câmara deste País; Se fomos uns grandes apoiantes, em termos de Associação Nacional de Municípios, na introdução do POCAL, pelo seu rigor, pela sua transparência, por nos dar elementos, que sobretudo quem vem de outro tipo de empresa e o senhor conhece, naturalmente que se exigem e que a contabilidade pública tradicional não dava. E é isso que nós queremos e queremos que isso reflecta a realidade das autarquias o que se deve, a quem se deve, com toda a transparência.

Agora o que lhe digo, é que a introdução deste sistema, é efectivamente complexo e é complexo em qualquer autarquia do País. Portanto, irá ser apresentado de acordo com o POCAL, com todo o rigor, com toda a transparência e não há aqui lobbys. Só faltava agora os Presidentes de Câmara também já terem mais esse ónus!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Muito obrigado, Sr. Presidente, é só para esclarecer um pequeno pormenor.

Eu quando falei em lobby/Presidentes de Câmara, não falei no lobby interno aqui.

Foi noticiado que o Prof. Sousa Franco disse estar farto desse tipo de pressões, os jornais da época falaram nisso. Não disse que aqui dentro havia um lobby para esconder contas, não foi nada disso que disse. Aliás Sr.^a Presidente, uma afirmação dessas eu nunca faria concerteza, porque antes de fazer um tipo de

afirmação de qualquer natureza, que tenha contas de somar ou de dividir ou de outra natureza qualquer, tenho que verificá-las. Obrigado.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sr. Presidente, falta-me responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Luis Pinto, sobre a polícia municipal.

Na altura houve um grupo de trabalho que andou a fazer algumas análises sobre a questão das polícias municipais e, uma das coisas que na altura foi considerada importante, era o ir-se acompanhando a experiência de outros concelhos que avançaram com a polícia municipal. As experiências têm sido complexas, sobretudo no que diz respeito à montagem da organização e ao cumprimento das delegações financeiras do Governo, em relação aos concelhos, e portanto, na minha opinião pessoal, sempre o manifestei publicamente, não sou uma grande apologista das polícias municipais.

Do ponto de vista pessoal, acho que se a Polícia de Segurança Pública e a GNR exercerem com qualidade a sua função, mais uma polícia irá surgir aqui alguma dificuldade na definição de fronteiras, já sentimos isso às vezes, apesar do ponto de vista territorial não haver dúvidas entre as duas, ainda existem a Polícia Judiciária e a Polícia Fiscal, etc.

Portanto a minha opinião não é muito favorável, no entanto, naturalmente que só a minha opinião não conta e há aqui outras pessoas que têm outra opinião, quer em termos de Câmara quer em termos de Assembleia Municipal, e portanto o meu entendimento, é que se pode retomar a análise de assunto. Aquilo que tenho acompanhado noutras cidades semelhantes à nossa, a experiência primeiro na montagem do sistema e depois a própria funcionalidade, não têm sido experiências famosas.

Há um caso que está a correr mais ou menos bem, que é em Viseu, e que tenho andado a acompanhar de perto, para ver se tiramos dali alguma ilação que me contrarie este meu pensamento. Se isso não acontecer, não fará grande sentido apresentar uma proposta em que à partida tenho reservas e que ainda por cima, do ponto de vista prático, não tem tido grande sucesso.



PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos então votar o Projecto de Regulamento sobre o Licenciamento das Actividades previstas no decreto-lei n.º 264/02, de 25/11 e no decreto-lei n.º 310/02, de 18/12 – TRANSFERÊNCIA PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS DE COMPETÊNCIAS DOS GOVERNOS CIVIS.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento sobre o Licenciamento das Actividades previstas no decreto-lei n.º 264/02, de 25/11 e no decreto-lei n.º 310/02, de 18/12 –transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Civis, nos termos da alínea a), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

.....
: PONTO N.º 6 -AJUSTAMENTO DA TAXA DE TRATAMENTO DE :
: ESGOTOS – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea :
: e), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as :
: alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01; :
:.....

Quem se deseja inscrever?

Sr. Deputado Manuel José Carvalho, faça favor!

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO(CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Manuel José Carvalho, Cidadãos Independentes!

Sr. Presidente da Mesa, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Imprensa;

A inscrição para este ponto, é para dar a indicação de que o Grupo de Cidadãos Independentes vai votar, abstenendo-se neste ponto. E também tem a ver, com a questão que ainda há pouco foi levantada pela minha colega do grupo, relativamente à imprecisão dos documentos que nos chegam às mãos.

O documento deste ponto diz aqui "Serviço de Actas da Câmara" e na deliberação diz que " A Câmara concordando com a proposta delibera por unanimidade...".

É verdade que nesta reunião de Câmara, no dia 07/04/03, não esteve presente o Vereador Independente Helder Roque. Quem ler este texto, fica com a ideia de que toda a Câmara votou o que é errado .E isto passa-se com todas as deliberações tomadas nesta reunião de Câmara.

Portanto, chamava a atenção para este ponto, porque sendo uma situação que não é de grande importância, incorre de grande importância em termos de leitura política. Esta era uma questão, a outra prende-se mais com um esclarecimento.

Este valor que está aqui e que vai ser indexado na nossa conta do recibo das águas, no fundo é um aumento, é a nossa leitura. Em termos percentuais, penso que seja à volta de 3% e daí o meu pedido de esclarecimento à Sr.^a Presidente. Estamos num ano de contenção, já foi onerado também em termos de água, por deliberação da Câmara, não tem que vir à Assembleia, mas o que é certo é que em termos de contenção, isto é mais um encargo num ano em que muitas das pessoas não foram aumentadas e queríamos também manifestar aqui esta nossa discordância por esse aspecto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições dava a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria só dar uma explicação!

No princípio das actas da Câmara, fica expresso quem é que esteve presente na reunião. Aquilo que é enviado para a Assembleia, é só o extracto da própria deliberação e portanto, é efectivamente uma informação importante, porque quem estava presente na reunião votou por unanimidade, está correcto. Agora, falta realmente essa informação a dizer quem estava ausente, mas fica o alerta com lógica.

Relativamente aos aumentos, posso-lhe dizer que o valor anterior no primeiro caso era de €0,1372 e passou a €0,1715;o segundo valor da alínea b) era de €0,2743 e passou a €0,3429. E o que vos posso dizer, é que mesmo com esta actualização, o serviço de saneamento continua a ser deficitário. Tem a ver sobretudo com os elevados investimentos que estão a ser feitos, bem como, com

os custos de conservação e tratamento. Portanto, de acordo com projecções que estamos a fazer, com o aumento mais ou menos desta ordem todos os anos, só no ano 2006 é que se poderá atingir o equilíbrio.

Vamos ainda continuar alguns anos com algum défice significativo na área do saneamento, que é compensado por alguma receita na água e por transferências que a Câmara faz para os Serviços Municipalizados, para dar cobertura a este défice.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar à votação do ponto n.º 6 !

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções do PS e três abstenções dos Cidadãos Independentes.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por maioria com cinco abstenções, aprovar o AJUSTAMENTO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, nos termos da alínea e), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

.....
: PONTO N.º 7 - ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS –PROPOSTA DE :
: CRIAÇÃO DE TAXAS PELO LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS AFECTOS :
: AO TRANSPORTE DE TÁXI - Apreciação, discussão e votação nos :
: termos da alínea e), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de :
: 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de :
: 11/01; :
:.....

Quem se quer inscrever?

Não há inscrições vamos passar à votação do ponto n.º 7.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do PS.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria com uma abstenção, aprovar a ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS –PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TAXAS PELO LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS AFECTOS AO TRANSPORTE DE TÁXI, nos termos da alínea e), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

.....
: PUNTO N.º 8 - REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE :
: LEIRIA –INFORMAÇÃO (APROVADO EM SESSÃO ORDINÁRIA DE :
: 28/02/03); Para tomar conhecimento :
:
:

Este ponto é apenas para tomar conhecimento da informação prestada pela Divisão de Ambiente, uma vez que o Regulamento já foi aprovado na sessão de 28 de Fevereiro deste ano.

Alguém se deseja pronunciar?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera tomar conhecimento da informação prestada pela Divisão de Ambiente da Câmara Municipal de Leiria, relativa ao Regulamento do Cemitério Municipal de Leiria.

.....
: PUNTO N.º 9 - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA :
: ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO EXERCIDA DE FORMA NÃO :
: SEDENTÁRIA (MERCADO DE LEVANTE); Apreciação, discussão e :
: votação nos termos da alínea a), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º :
: 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5- :
: A/2002, de 11/01; :
:

Quem se quer inscrever para o ponto n.º 9?

Sr. Deputado Rui Caseiro faça favor!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

É para dar um pouco o seguimento ao pensamento que foi aqui expresso pela senhora Deputada dos Independentes, que disse não ter oportunidade de ler os documentos todos.

E venho aqui de facto, reforçar não só esse pensamento mas também alertar a Assembleia para o seguinte: Como estão a verificar, está a cair em cima da Assembleia, com alguma transferência das responsabilidades do Governo central para as Câmaras Municipais, muitos serviços e que comportam naturalmente a tomada de posição sobre regulamentos, de como funcionam esse serviços, e também a cobrança de taxas por esses serviços que irão ser prestados.

Eu não vejo que uma Assembleia Municipal como a nossa, numa semana, possam os seus membros em consciência, estudar estes dossiers, ouvir pareceres de técnicos relativamente a isto e emitir uma opinião digamos assim consciente, de que está a contribuir com o seu trabalho para o bem estar das populações, porque é para isso que somos eleitos. No fundo é só este pequeno desabafo.

Temos que transmitir aos nossos colegas dirigentes dos partidos, que este fervilhar e esta amálgama de legislação que existe sobre as autarquias, tem que ser reorganizada, tem que ser tudo totalmente modificado, os poderes, as competências, e têm de facto os membros que são eleitos por um voto, que custa dinheiro ao erário público, que vir aqui fazer um trabalho que seja digno. Não é o trabalho que estamos aqui a fazer, que não temos sequer tempo nem organização interna, para poder estudar os assuntos como deve ser. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não há mais inscrições, vamos pôr à votação o ponto n.º 9!

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções do PS.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria com duas abstenções, aprovar o PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO EXERCIDA DE FORMA NÃO SEDENTÁRIA (MERCADO DE LEVANTE, nos termos da alínea a), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

.....
: PUNTO N.º 10 - ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO MERCADO DE :
: FALCÃO - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a), :
: do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as :
: alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 :
.....

Quem se quer inscrever para este ponto n.º 10?

Não há inscrições, vamos passar à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar as ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO MERCADO DE FALCÃO, nos termos da alínea a), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

.....
: PONTO N.º 11 - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS :
: EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação nos :
: termos da alínea s), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de :
: 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de :
: 11/01; :
.....

Quem se deseja inscrever?

Faça favor Sr. Deputado Rui Caseiro!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Era só um pequeno pormenor.

Queria saber qual é o protocolo que é válido. Se é as "obras de beneficiação dos balneários do campo de futebol" ou se é a "construção do polidesportivo"?

É a dos balneários? Obrigado, estou esclarecido!

PRESIDENTE DA MESA (DR. JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar à votação do ponto n.º 11!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar os presentes PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE POUSOS, MILAGRES E CORTES, nos termos da alínea s), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

.....
: PONTO N.º 12 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO :
: (ADEQUAÇÃO AO D.L. 7/03, DE 15/01) –Apreciação e votação; :
: :
.....

Estão abertas as inscrições!

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, tomar conhecimento e nomear o Conselho Municipal de Educação, nos termos da proposta apresentada para adequação ao decreto-lei n.º 7/03, de 15/01.

.....
: PUNTO N.º 13 - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR :
: DE ALMUIINHA GRANDE – Apreciação, discussão e votação nos :
: termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de :
: 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de :
: 11/01 :
:

Há inscrições?

Não havendo inscrições vamos passar à votação do ponto n.º 13!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a **SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DE ALMUIINHA GRANDE**, nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

.....
: PUNTO N.º 14 - PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS :
: PARA A ÁREA A SUJEITAR AO FUTURO PLANO DE PORMENOR DA :
: ZONA SUL DA AV. 25 DE ABRIL; Apreciação, discussão e votação :
: nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 :
: de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de :
: 11/01; :
:

Quem se deseja inscrever para discutir este ponto?

Não há inscrições, vamos passar à votação!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a **PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A ÁREA A SUJEITAR AO FUTURO PLANO DE PORMENOR DA ZONA SUL DA AV. 25 DE ABRIL**, nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

.....
: PUNTO N.º 15 - PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS :
: LEIRIA NORTE; Apreciação, discussão e votação nos termos da :
: alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com :
: as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01; :
:

Quem se deseja inscrever para este ponto?

Não há inscrições vamos passar à votação?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar a PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A ÁREA A SUJEITAR AO FUTURO PLANO DE LEIRIA NORTE, nos termos da alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.



ENCERRAMENTO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 23.15 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de ___ de Junho de 2003, deliberou por _____, aprovar a acta .-----

-

Leiria, aos ___ dias do mês de Junho do ano de dois mil e três.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)